

PLANO DE TRABALHO
Item 1 – DADOS CADASTRAIS
1. DADOS CADASTRAIS

1.1.1 Órgão/Entidade Partícipe Universidade Federal de Sergipe			1.1.2 CNPJ 13.031.547/0001-04	
1.1.3 Endereço Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze				
1.1.4 Cidade São Cristóvão	1.1.5 UF SE	1.1.6 CEP 49.100-000	1.1.7 Esfera Administrativa Pública	
1.1.8 DDD 79	1.1.9 Fone 3194-6404	1.1.10 E-mail gabinete.reitor@academico.ufs.br		
1.1.11 Nome do Responsável Valter Joviniano de Santana Filho			1.1.12 CPF 799.***.***-15	
1.1.13 Nº RG/Órgão Expedidor *****39688 SSP/BA		1.1.14 Cargo Reitor		

1.2.1 Órgão/Entidade Partícipe Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPESE			1.2.2 CNPJ 97.500.037/0001-10	
1.2.3 Endereço Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze, Núcleo Regional de Competência em Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Sergipe - NUPEG, 1º andar, Bloco H.				
1.2.4 Cidade São Cristóvão	1.2.5 UF SE	1.2.6 CEP 49.100-000	1.2.7 Esfera Administrativa Privada	
1.2.8 DDD 79	1.2.9 Fone 3194-7461	1.2.10 E-mail presidencia@fapese.org.br		
1.2.11 Nome do Responsável Renata Silva Mann			1.2.12 CPF ***.***.718-94	
1.2.13 Nº RG/Órgão Expedidor ****77909 SSP/SP		1.2.14 Cargo Presidente		

Item 2 – ELABORAÇÃO DO PROJETO

2. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

2.1 Título do Projeto	2.2 Período de Execução	
A participação dos jovens em debates políticos online	2.2.1 Início jul/2024	2.2.2 Término jul/2025
2.3 Problemática Gustavo Andrade é estudante do terceiro ano do ensino médio em uma escola da rede pública. Fã de animações japonesas, gosta de desenhar personagens de animes, jogar Roblox e acompanhar gamers no Youtube. Ao ser questionado sobre o que o incomoda na internet, durante uma entrevista para uma pesquisa sobre letramento midiático, Gustavo respondeu "a militância". O estudante exemplificou com o caso de uma youtuber que produzia vídeos sobre Hogwarts Legacy (jogo da franquia Harry Potter) e passou a ser ofendida após declarações transfóbicas da autora dos livros, J. K. Rowling, e, por isso, cancelou seu canal na plataforma. Gustavo não é um caso isolado. Pesquisa do Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) realizada em 2021 mostrou que 83% dos jovens brasileiros consideram que as discussões sobre política nas redes sociais são agressivas e intolerantes. Por medo de cancelamento, 59% não participa desse tipo de conversa na internet. Em contrapartida, a pesquisa TIC Domicílios de 2021 apontou que a faixa etária entre 16 e 24 anos concentra o maior percentual de usuários da internet no Brasil, com 97,1% dos indivíduos conectados. Ou seja, aparentemente os jovens estão na internet, mas não vêm o ambiente digital como um espaço para debater temas políticos ou pautas sociais. Apesar da percepção de que o debate político nas redes pode ser violento, o fato é que as mídias digitais estão no centro da formação de uma esfera de conversação política (GOMES, 2018). O ambiente digital é a principal arena contemporânea onde se discutem temas socialmente relevantes, engajando agentes políticos, cidadãos, veículos de imprensa e jornalistas, profissionais de diferentes categorias, empresas e organizações. Apesar da constatação de que as plataformas digitais podem ser espaços de participação descompromissada e propícios a manifestações antidemocráticas, polarizadas ou incivilizadas (PAPACHARISSI, 2004), reconhece-se, igualmente, seu potencial como esferas de debate ampliado e qualificado, inclusive para o jovem que está em pleno processo de formação cidadã. Assim, esta pesquisa objetiva compreender sob quais condições os jovens, especialmente os estudantes do ensino médio, se engajam em discussões políticas online, e quais fatores influenciam na decisão e nas formas de participar. O que os incentiva a debater, e o que os afasta deste tipo de experiência? Quando optam por discutir sobre política na rede, como o fazem, e com quais motivações? Por debate político, entendemos não apenas discussões relativas a opções ideológicas, eleitorais ou partidárias, mas sobre temas de interesse público, estejam ou não vinculados à política institucional. O quadro teórico que fundamenta este projeto tem base nas teorias deliberacionistas, cujos problemas centrais dizem respeito, justamente, às formas e possibilidades do debate público. A partir de Habermas, Chambers (2003) define deliberação como "debate e discussão com o objetivo de produzir opiniões razoáveis e bem informadas nas quais os participantes estão dispostos a revisar preferências à luz da discussão, novas informações e reivindicações feitas por outros participantes" (p. 309). Alguns críticos da tradição habermasiana consideram este entendimento de deliberação como idealista e irrealizável - críticas que nem sempre são justas, já que a vocação do modelo de Habermas é, de fato, normativo, e não exclui a diferença entre os debatentes. Assim, seguindo a trilha de Mendonça (2011), entendemos que "a deliberação pressupõe o embate com o outro e o choque de perspectivas" (p. 209), e que deliberação e		

agonismo não são um par antitético. Sobre o modelo agonístico de democracia, que prevê o antagonismo como elemento constitutivo da política, Mouffe (2006), afirma que:

A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles – que é uma impossibilidade –, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. O ponto crucial é estabelecer essa discriminação nós-eles de um modo compatível com a democracia. Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas idéias são combatidas, mas cujo direito de defender tais idéias não é colocado em questão. (MOUFFE, 2006, p. 174).

Autores que se dedicaram a compreender a participação política dos jovens têm advogado pela adoção de uma perspectiva que permita incluir, em alguma medida, o conflito e os afetos como elementos do processo de educação política orientada para o desenvolvimento de capacidades deliberativas. Lo (2017) defende um modelo baseado na deliberação agonística - que procura orientar o conflito não necessariamente para a busca de consensos ou soluções de compromisso, mas para formas produtivas de negociação e ação política. Keegan (2021), propõe uma “literacia afetiva crítica” como forma de contemplar outras competências necessárias para participar do debate público, para além dos critérios tradicionais de igualdade, civilidade e razoabilidade. Uma pesquisa conduzida com jovens estadunidenses mostrou que os participantes “desejam um discurso calmo e civilizado, mas admitem ficar entediados com discussões que carecem de paixão” (PEACOCK, LEAVITT, 2016, p. 8), o que revela a necessidade de considerar a dimensão afetiva e contenciosa dessas experiências.

Assim, retomando do problema de pesquisa que orienta este projeto, a saber, se e por quais motivos os adolescentes se engajam ou se distanciam do debate político online, pretende-se mapear e diagnosticar as práticas conversacionais e deliberativas dos jovens na rede em se tratando de temas políticos. Espera-se, com isso, oferecer evidências e insights que possam fundamentar ações e políticas públicas voltadas para o incremento da educação política, especificamente para competências de participação e deliberação no ambiente digital e no contexto escolar. A metodologia prevê duas etapas: 1. coleta de dados em escolas, a ser feita mediante aplicação de questionários, grupos focais e entrevistas; 2. análise de conteúdo a partir de critérios de qualidade deliberativa, tais como justificação, ponderação e respeito.

Esta pesquisa se articula com as atividades da Liga Acadêmica de Representação e Participação Políticas, projeto de caráter extensionista que tem a educação política como um de seus eixos de atuação. As atividades previstas neste projeto devem ocorrer com a participação dos estudantes da LARPP. Os resultados esperados incluem produtos de comunicação e divulgação científica, e ações de intervenções em escolas da rede pública voltadas para o incremento das capacidades deliberativas dos estudantes, com foco no ensino médio.

2.4 Objeto do Projeto

O objeto do projeto é o conjunto de competências deliberativas dos estudantes do ensino médio da rede pública do estado de Sergipe.

2.5 Justificativa da Proposição

Este projeto justifica-se, primeiro, pela demanda por conhecimento que promova diagnósticos e recomendações para ampliar a quantidade e qualidade da participação cidadã

entre jovens, especialmente das suas competências deliberativas. Demanda que se torna ainda mais urgente dada a crise de confiança que se abate sobre democracias mais ou menos consolidadas mundo afora. Em um contexto de crise de legitimidade, tal como descrito por autores como Castells (2017), Levitsky e Ziblatt (2018), Runciman (2018) e Przeworski (2020), é fundamental compreender e aprimorar processos que possam mitigar a deslegitimação das instituições do Estado, ensinar a participação cidadã e fortalecer o pacto democrático.

Com diferentes abordagens e argumentos, todos os autores citados concordam que, mesmo em sistemas sólidos, a democracia não está garantida - e a ruptura entre cidadãos e governantes está no cerne do atual processo de "desconsolidação democrática" (MOUNK, 2018). Segundo Mounk, a polarização do debate político nas redes sociais é um fenômeno que acompanha e retroalimenta a radicalização da própria política. No contexto brasileiro, a análise de Bosco (2022) defende que as redes sociais digitais, permeadas por uma lógica de tribalização e radicalização identitária, contribuem para que o debate público não tenha como "diretriz fundamental a busca da interpretação mais correta da realidade, doa a quem doer, e sim o automatismo sectário, a preguiça que não apura ou o ataque ao adversário político, ideológico, partidário, já previamente definido" (BOSCO, 2022, p. 49).

Compreender as formas e condicionantes das discussões políticas online no sentido de contribuir para qualificá-las é ainda mais importante quando se trata de jovens em processo de formação política pois, a médio e longo prazo, é a cultura deliberativa desta geração que tende a modelar o debate público.

A despeito da noção de que crianças e adolescentes do nosso tempo seriam "nativos digitais", que aprendem naturalmente a utilizar as tecnologias digitais, autores como Scolari (2016) e Livingstone & Third (2017) afirmam, com farta base empírica, que suas habilidades em geral não ultrapassam a dimensão técnica, e que há lacunas importantes em termos de competências críticas para o uso da rede. Reflexões que vão ao encontro do entendimento de Boyd (2014, p. 78) de que "muitos dos adolescentes de hoje estão profundamente envolvidos com as redes sociais e são participantes ativos em comunidades online, mas isso não significa que eles tenham conhecimento ou capacidades inatas para tirarem o maior partido das suas experiências online". Dessa forma, a autora entende que a noção de "nativos digitais", longe de ser útil, impede que se percebam os desafios que os jovens enfrentam no contexto das TICs (BOYD, 2014).

Ainda neste sentido, importa notar que a Política Nacional de Educação Digital, sancionada em janeiro de 2023, inclui a necessidade de prever, na educação básica, instrumentos de aprendizagem para o uso consciente e cidadão das tecnologias digitais. O Art. 3º do dispositivo legal, que altera a Lei de Diretrizes e Bases, trata especificamente da Educação Digital Escolar que, entre outros aspectos, deve contemplar a:

cultura digital, que envolve aprendizagem destinada à participação consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe compreensão dos impactos da revolução digital e seus avanços na sociedade, a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais e os diferentes usos das tecnologias e dos conteúdos disponibilizados (BRASIL, 2023)

Este projeto justifica-se, enfim, pela necessidade de produzir conhecimento capaz de fundamentar políticas e diretrizes para a educação cidadã alinhadas aos desafios contemporâneos impostos pelas tecnologias digitais e pelo cenário político marcado por movimentos de desdemocratização e polarização.

2.6 Objetivo de Pesquisa

2.6.1 Objetivo geral

Investigar sob quais condições e com quais motivações estudantes do ensino médio de Sergipe se engajam em discussões políticas online, e quais fatores influenciam na decisão de participar e nas formas de debater, com foco nas competências deliberativas.

2.6.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as motivações dos estudantes para decidir participar ou se afastar de discussões políticas online, a partir de parâmetros de origem e trajetória social;
- Mapear as preferências dos estudantes referente ao debate político online, tais como plataformas que utilizam, pares com quem conversam, grupos em que se inserem, conteúdos e formas de discursos que atraem ou repelem;
- Identificar atitudes e comportamentos discursivos dos jovens quando se engajam em debates políticos online.
- Mensurar o nível de competência deliberativa dos estudantes, com base em parâmetros de qualidade deliberativa como justificação, ponderação e respeito.

Item 3 – PLANO DE APLICAÇÃO

3. VALORES PREVISTOS

3.1 Valor global do projeto	R\$ 50.000,00
-----------------------------	---------------

3.2 Valor a ser executado pela FAPESSE	R\$ 50.000,00
3.2.1 Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 7.260,00
3.2.2 Bolsas	R\$ 25.200,00
3.2.3 Despesas com Viagens	R\$ 12.540,00

3.3 Valor a ser executado pela UFS	R\$
------------------------------------	-----

3.4 Valor a ser pago à FAPESSE pelos custos operacionais	R\$ 5.000,00
--	--------------

3.5 Valor a ser ressarcido à UFS	R\$
----------------------------------	-----

Item 4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4. EXECUÇÃO (Meta, Etapa, Fase, Especificação, Indicador Físico e Período de Execução)

3.1 Meta	3.2 Etapa/ Fase	3.3 Especificação	3.4 Indicador Físico		3.5 Período de Execução	
			3.4.1 Unid. de Medida	3.4.2 Qtde	3.5.1 Início	3.5.2 Término
1	1	Mapear projetos relativos ao tema da pesquisa - deliberação e educação.	Projetos	10	Mês 1	Mês 2
2	2	Coleta de dados / intervenções nas escolas	Escolas	6	Mês 2	Mês 6
3	3	Oficinas de deliberação	Estudantes	120	Mês 2	Mês 6
4	4	Produção de manuscritos	Artigos	2	Mês 9	Mês 12
5	5	Divulgação dos resultados	Site	1	Mês 9	Mês 12

Item 5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

5.1 Valores do Concedente

Objeto	Desembolso 1 (R\$)	Desembolso 2 (R\$)	Desembolso Total (R\$)
Serviços de Terceiros Pessoa Física			
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 7.260,00		
Encargos Sociais			
Bolsas	R\$ 25.200,00		
Despesas com Viagens	R\$ 12.540,00		
Material de Consumo			
Material Permanente			
Contratação CLT			
xxxx			
Custos Operacionais	R\$ 5.000,00		
TOTAIS			

5.1.1 Valores de Contrapartida à UFS

Não há previsão de Contrapartida financeira à UFS, mas cabe ressaltar que o recurso será utilizado 1) para o pagamento de bolsas a estudantes de graduação; 2) para o pagamento de diárias e passagens referentes a missões de pesquisa exclusivamente para estudantes e professores da Universidade; e 3) para o pagamento de produção de material de divulgação científica. Como se trata de recurso de custeio, não serão adquiridos equipamentos que possam ser incorporados ao patrimônio da Universidade.

Observação: O cronograma de desembolso com o detalhamento das despesas executadas pela Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPese se encontra em planilha separada deste Plano de Trabalho, mas que deve constar nos autos do Processo e ser anexada assim como este plano, às vias do Contrato.

Item 6 – AQUISIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE BENS**6.1 Aquisição de Bens**

Não serão adquiridos bens.

6.2 Utilização de bens da UFS

Descrição do bem	Quantidade	Período/Frequência de utilização
Sala de reuniões do DCOS	1	12 meses / 2 vezes ao mês
Câmera fotográfica do DCOS	1	6 meses / 1 vez ao mês
Projetor do DCOS	1	6 meses / 1 vez ao mês
Carro/motorista da UFS	1	6 meses / 1 vez ao mês

Item 7 – EQUIPE

Nome Tatiana Güenaga Aneas	CPF ***.845.055-**	Perfil Coordenadora	Pagador não se aplica
Departamento/Centro Departamento de Comunicação Social / CECH	Matrícula SIAPE 2163659	Remuneração não se aplica	Carga horária 8h/semana

Nome 03 alunos de Graduação a serem selecionados	Perfil Bolsista	Pagador FAPESE
Departamento/Centro CECH ou CCSA	Remuneração R\$ 700/mês	Carga horária 20h/semana

Nome 08 alunos de Graduação a serem selecionados	Perfil Voluntário	Pagador não se aplica
Departamento/Centro CECH ou CCSA	Remuneração não se aplica	Carga horária 20h/semana

MEMBRO EXTERNO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Nome Vitor José Braga Mota Gomes	CPF ***.269.284-**	Perfil Membro da equipe	Pagador não se aplica
Departamento/Centro Universidade Federal de Alagoas	Matrícula SIAPE 1864271	Remuneração não se aplica	Carga horária 4h/semana

Obs: Indicamos o total de 12 membros internos e 01 membro externos à UFS (e demais instituições partícipes, quando cabível), cumprindo assim com a proporção prevista na Resolução n. 12/2018-CONSU/UFS Art. 4º §1º e no Decreto n. 7.423/2010 Art. 6º §§ 3º e 10.

Item 8 – DECLARAÇÃO DA COORDENAÇÃO

8.1 Declaração

Na qualidade de Coordenadora do Projeto "A participação dos jovens em debates políticos online", devidamente aprovado nas instâncias necessárias, declaro para fins de prova junto à Universidade Federal de Sergipe e à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe, para os efeitos e sob penas da lei, que este Plano de Trabalho atende às respectivas demandas do Projeto supramencionado.

São Cristóvão, 23 de abril de 2024

Local e Data

Coordenador

Item 9 –RATIFICAÇÃO PELAS PARTES

9.1 Declaração

Considerando a aprovação do Plano de Trabalho pelo Coordenador do Projeto "A participação dos jovens em debates políticos online", o Reitor da Universidade Federal de Sergipe e o Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe, ratificam o interesse das partes em executar as atividades previstas neste.

São Cristóvão, data das assinaturas eletrônicas.

Valter Joviniano de Santana Filho
Reitor da UFS

Renata Silva Mann
Presidente da FAPese